

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS TONETO

**AVALIAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS AOS
TRABALHADORES DOMÉSTICOS**

SÃO PAULO

2019

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS TONETO

**AVALIAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS AOS
TRABALHADORES DOMÉSTICOS**

Dissertação apresentada à Escola de
Economia de São Paulo da Fundação
Getulio Vargas como requisito para
obtenção do título de mestre em Economia

Área de concentração: Economia do
Trabalho

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Tavares

SÃO PAULO

2019

Toneto, Carlos Augusto dos Santos.

Avaliação da ampliação dos direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos / Carlos Augusto dos Santos Toneto. - 2019.

44 f.

Orientador: Priscilla Albuquerque Tavares.

Dissertação (mestrado profissional MPFE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Economia de São Paulo.

1. Empregados domésticos - Estatuto legal, leis, etc. - Brasil. 2. Setor informal (Economia) - Brasil. 3. Horário de trabalho. 4. Salários - Brasil. I. Tavares, Priscilla Albuquerque. II. Dissertação (mestrado profissional MPFE) – Escola de Economia de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 331(81)

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS TONETO

**AVALIAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS AOS
TRABALHADORES DOMÉSTICOS**

Dissertação apresentada à Escola de
Economia de São Paulo da Fundação
Getulio Vargas como requisito para
obtenção do título de mestre em Economia

Área de concentração: Economia do
Trabalho

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Priscilla Tavares
FGV-EESP

Prof. Dr. Joelson de Oliveira Sampaio
FGV-EESP

Prof. Dr. Renan Gomes de Pieri
FGV-EAESP

RESUMO

Esse trabalho busca analisar os impactos da Emenda Constitucional nº 72, popularmente conhecida como “PEC das Domésticas”, sobre o salário, a jornada de trabalho e a posse de carteira assinada para os trabalhadores domésticos. Para tanto, foi utilizado primeiramente a metodologia de pareamento por escore de propensão para a definição do grupo de controle e posteriormente o método de diferenças em diferenças para a estimação dos efeitos causais da ampliação dos direitos trabalhistas previstos na lei. A análise foi feita com base nos dados disponíveis na Pesquisa Mensal de Empregos/IBGE e os resultados obtidos mostram que, para os empregados domésticos menselistas, os efeitos são inconclusivos sobre a formalização, pois algumas estimativas se mostraram significantes enquanto outras não, além de não haver efeito sobre os salários e a jornada de trabalho.

Palavras-chave: emprego doméstico; formalização; jornada de trabalho; rendimentos; pareamento; método de diferenças em diferenças

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of the Constitutional Amendment No. 72, popularly known as “PEC das Domésticas”, on wage, working hours and the possession of a formal contract for domestic workers. To accomplish it, a propensity score matching methodology was first used in order to determine the control group. Afterwards, the method of differences in differences was applied to estimate the causal effects over the expansion of labor rights provided by the law. This analysis was based on data available in the PME/IBGE and the results suggest that, for monthly-paid domestic workers, the effects over the possession of a formal working contract are inconclusive, as some estimates proved significant while others did not. Besides there are no effects on wages and working hours.

Keywords: domestic employment; labor rights; working hours; income; propensity score matching; differences in differences method

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	CONTEXTO INSTITUCIONAL DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL	11
3.	DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA	14
3.1.	DADOS	14
3.2.	NÚMEROS DO EMPREGO DOMÉSTICO	15
3.3.	CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA	18
4.	ESTRATÉGIA EMPÍRICA	21
5.	RESULTADOS	28
5.1.	ANÁLISE DAS DIFERENÇAS EM DIFERENÇAS	28
5.2.	DISCUSSÕES	31
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro apresenta uma série de desafios às mulheres: embora essas sejam a maioria da população em idade para trabalhar - 52,5% dos indivíduos acima dos 14 anos no 2º trimestre de 2019, segundo dados da PNAD contínua/IBGE - , elas compõem apenas 44,1% das pessoas ocupadas no país, o que representa 20 pontos percentuais a menos do que a média para os homens no mesmo período de referência. Soma-se a isso o fato de que a natureza do emprego é bem divergente entre os gêneros: além da taxa de formalização girar em torno de 71% para os homens e 63% para as mulheres, o salário médio para os primeiros é cerca de 35% maior. Essa diferença pode ser exemplificada pelo emprego doméstico: tradicionalmente menor remunerado e menos formalizado, esse setor é composto majoritariamente por mulheres (92% dos trabalhadores) e engloba pouco mais de 15% do total de mulheres empregadas, sendo que apenas 35% delas possuem contrato formal de trabalho (PNAD, 2019).

O emprego doméstico chama ainda mais a atenção por nunca ter sido contemplado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mesmo sendo extremamente relevante em termos do volume de pessoas empregadas. Embora disponha de legislação específica desde 1972, e por mais que algumas alterações institucionais tenham tentado trazer maior estabilidade à categoria, somente em 2013 foi implementada uma proposta de emenda à constituição visando igualar os direitos dessa classe de trabalhadores às demais, estabelecendo, por exemplo, limites para a jornada de trabalho semanal e exigindo o pagamento de horas extras para o que excedesse essa nova jornada definida. Dada a relevância do setor para a economia, a sua complexidade jurídica e a repercussão dessa proposta de emenda à Constituição na sociedade, entende-se que esse tema merece uma atenção mais formal em relação a avaliação dos seus impactos.

No Brasil, a literatura se mostrou focada em analisar o papel das instituições sobre características do mercado de trabalho como, por exemplo, a informalidade. Parte da discussão girou em torno do fato de que a rigidez nos contratos de trabalho e os custos adicionais impostos pela legislação trabalhista, como o recolhimento dos encargos sociais (INSS e FGTS, por exemplo), além de pagamento de férias e 13º salário foram determinantes para que o mercado de trabalho brasileiro convivesse (e conviva) com

um elevado grau de informalidade. A estrutura do seguro-desemprego e o funcionamento da Justiça do Trabalho também contribuíram, nesse sentido, como fontes de distorção dos incentivos (ULYSSEA, 2006).

A literatura sobre a avaliação de impactos gerado pelas mudanças institucionais no mercado de trabalho, especificamente aquelas implementadas ao longo dos últimos 80 anos para o emprego doméstico, no entanto, ainda é pequena. Theodoro e Scorzafave (2011) investigaram o impacto da lei 11.324/2006 sobre a formalização dos empregados domésticos, uma vez que essa lei possibilitava a dedução, no imposto de renda do empregador, da contribuição paga à previdência social incidente sobre a remuneração do empregado, barateando os custos de se manter um trabalhador doméstico formalizado. Os resultados encontrados são inconclusivos, pois embora o coeficiente relativo à formalização seja positivo, ele é estatisticamente não significativo. Os autores atribuem esse efeito possivelmente ao fato de que os impactos dessa ação sobre o imposto de renda do empregador não aconteceriam de imediato, dado o tempo necessário para que tanto empregadores quanto empregados pudessem tomar conhecimento e se adaptar à essa mudança. Esse efeito retardado, contudo, não era possível de ser visto na janela de tempo observada no estudo.

Costa, Barbosa e Hirata (2016), por sua vez, avaliaram os efeitos sobre salário, formalização e jornada de trabalho dos empregados domésticos decorrentes da aprovação PEC das domésticas. Partindo da PNAD/IBGE e utilizando uma metodologia de pareamento combinada com a técnica de diferenças em diferenças, eles observaram um aumento na formalização com consequente redução na jornada de trabalho para os domésticos menselistas (aqueles que trabalham na mesma residência ao longo do mês), sem impacto em salários. Para os diaristas (aqueles que trabalham em mais de uma residência), todos os efeitos foram estatisticamente não significantes. Uma configuração interessante encontrada nesse estudo é de que há evidência de que a implementação da lei mexeu com a distribuição entre empregados domésticos menselistas e diaristas, com um aumento na probabilidade de um trabalhador doméstico atuar como diarista pós-emenda. Como consideração final, os autores informam que os resultados encontrados também podem não ter capturado o efeito total da ação por conta do período entre a aprovação da emenda e a avaliação de seu impacto ter sido muito curto, sugerindo que o estudo deve ser expandido para uma maior robustez no resultado.

No âmbito internacional, o movimento institucional caminhou na mesma direção do Brasil, isto é, esteve voltado à ampliação da proteção legal e social do emprego doméstico, especialmente no estabelecimento de pisos salariais para categorias não regulamentadas. As evidências encontradas, no entanto, também carecem de maior robustez para respaldar o impacto real dessas mudanças na vida do trabalhador. Alguns exemplos de avaliação de impacto via mudança de legislação podem ser encontrados nos trabalhos de Mattila (1973) para os EUA; Bell (1997), para México e Colômbia; Gudibande e Jacob (2015) para a Índia; e Dinkelman e Ranchhod (2012) para a África do Sul, sendo que esses três últimos focaram exclusivamente na implementação de pisos salariais para o emprego doméstico. No caso indiano, foram analisados tanto os impactos nos salários como nas oportunidades de emprego, a curto e longo prazo, e as evidências apontam para um efeito positivo sobre os salários no curto prazo, embora nulo no longo prazo. Além disso, os impactos sobre a probabilidade de um trabalhador estar empregado no setor doméstico parecem ser nulos em todos os horizontes de tempo. Os autores atribuem o fraco efeito de longo prazo dessa legislação indiana pelo fato dela não ter sido acompanhada por mecanismos de execução e controle. Já no estudo sul africano, apesar de não ter sido encontrada nenhuma evidência estatisticamente significativa sobre salário e empregabilidade, os autores verificaram uma redução da informalidade para a categoria após a implementação da legislação do salário mínimo no país em 2002.

Para os EUA, o que se tem de evidência é que as famílias encontram muito rapidamente substitutos aos empregados domésticos à medida que os custos relativos a esse serviço aumentam - por exemplo, com a imposição de pisos salariais (MATTILA, 1973). Essa evidência, inclusive, encontra um paralelo no Brasil com base no resultado do estudo de Costa, Barbosa e Hirata (2016), se considerarmos que o movimento encontrado no mercado de trabalho doméstico norte-americano é similar à possibilidade de troca entre empregados mensalistas por diaristas, como no caso brasileiro. Além disso, outra evidência encontrada para o caso norte-americano é que a demanda por trabalhadores domésticos poderia cair algo em torno de 30% com o estabelecimento de um salário/hora mínimo de US\$1,60.

O objetivo desse trabalho é investigar os efeitos dessa nova lei em três aspectos principais, que se tornaram efetivos imediatamente após a aprovação da emenda: formalização, jornada e renda do trabalho. Para isso, será utilizado o método de

pareamento por escore de propensão para a definição de um grupo de controle que possa emular os trabalhadores domésticos, além da técnica de diferenças em diferenças para a estimação da causalidade da lei nos aspectos já citados. A base de dados do estudo provém da PME para o período de 2003 a 2015, aproveitando a estrutura em painel sob o qual a pesquisa é construída. O grupo de tratamento é formado pelos empregados mensalistas, potenciais impactados pela legislação, e são considerados dois grupos de controle distintos: a) os trabalhadores domésticos diaristas, cujo trabalho não constitui vínculo empregatício e, portanto, não está sujeito à legislação e b) os demais trabalhadores, semelhantes aos domésticos em características observáveis. Um exercício de robustez considerando os empregados domésticos diaristas como tratamento (tendo como controle os demais trabalhadores) também foi realizado, uma vez que esses trabalhadores diaristas podem sofrer efeitos indiretos da mudança na legislação. Os resultados encontrados indicam que a entrada da lei não teve qualquer impacto significativo para nenhum dos grupos de tratamento sobre os aspectos analisados, seja a formalização, os rendimentos do trabalho ou as horas trabalhadas, independentemente do grupo de comparação.

Esse trabalho está organizado em seis seções a contar essa introdução. A próxima seção trata do contexto institucional do emprego doméstico no Brasil. A terceira seção descreve os dados e analisa a evolução do trabalho doméstico no Brasil, bem como traz estatísticas descritivas relevantes ao assunto. Na quarta seção é apresentada a metodologia empregada, tanto para a seleção do grupo de controle quanto para a avaliação dos impactos. Em seguida são apresentados os resultados e, por fim, a última seção é dedicada às considerações finais e possíveis limitações do trabalho.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Até a década de 1940 o emprego doméstico remunerado foi exercido no Brasil sem que nenhum instrumento legal fosse criado tendo-o como objeto de interesse, sendo o Decreto-Lei nº 3.078, de 1941, o primeiro esforço institucional voltado à categoria no país. Esse decreto caracterizava os empregados domésticos como “todos aqueles que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, prestem serviços em residências particulares ou a benefício destas” (art. 1º), além de determinar o uso da carteira profissional e a necessidade do aviso prévio de oito dias para vínculos com duração superior a seis meses, definindo também deveres do empregador e do empregado e atribuindo ao ministério do trabalho, indústria e comércio a responsabilidade pela promoção de estudos necessários ao estabelecimento de um regime de previdência social para o empregado doméstico. A sua efetiva vigência, que dependia de regulamentação conforme indicado no artigo 15º, nunca ocorreu de fato, deixando a categoria sem respaldo jurídico na prática (FRAGA, 2010). O ponto que mais chama a atenção é que mesmo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborada em 1943 e que reunia as normas de condução das relações de trabalho, deixou de fora os empregados domésticos, definidos como “os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (art. 7º), em razão da atividade não ser geradora de lucro.

Embora alguns pequenos avanços tenham sido registrados nos anos 60 – como a possibilidade de filiação à previdência social, ainda que como segurados facultativos (Lei 3.807/60) e a extensão da previdência ao acidente de trabalho (Lei 5.316/67) –, os empregados domésticos deixaram o limbo jurídico que se encontravam apenas nos anos 70 com a Lei nº. 5.859/72, que os incluía como segurados obrigatórios da previdência, além de exigir a assinatura da carteira de trabalho e a garantir férias remuneradas de 20 dias úteis.

De fato, a primeira grande mudança para essa classe de trabalhadores veio com a Constituição Federal de 1988, que garantiu salário mínimo, décimo terceiro salário e repouso semanal remunerado, além de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias; aposentadoria e integração à

previdência social. Além disso, a Constituição rompeu a barreira legal que até então impedia o acesso dos empregados domésticos à sindicalização. Isso foi uma mudança muito significativa, pois permitiu que novos direitos fossem buscados a partir da prática sindical, além de reforçar que os benefícios garantidos no papel fossem de fato postos em prática (PINHEIRO; GONZALEZ; FONTOURA, 2012).

No começo do ano 2000, os trabalhadores domésticos conquistaram o direito ao seguro desemprego em caso de dispensa sem justa causa (Decreto nº 3,361) e no ano seguinte foi facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Lei 10.208/2001). Ainda na primeira década dos anos 2000, a lei n. 11.324 de 19 de julho de 2006 concedeu a possibilidade de dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física a contribuição paga à Previdência Social pelo empregador doméstico referente ao salário do empregado, no objetivo de elevar o número de registro em carteira da categoria via redução de custos previdenciários. Essa lei também estendia aos empregados domésticos novos direitos como 30 dias corridos de férias e garantia de emprego à gestante, desde a gravidez até cinco meses após parto e proibia o desconto no salário referente ao fornecimento de moradia e vestuário quando eles se davam no local de trabalho. Por fim, o Decreto no 6.481/2008, proibiu o trabalho doméstico para menores de dezoito anos, como forma de alinhamento à Convenção no 182 da OIT para eliminação do trabalho infantil.

A PEC 66/2012, posteriormente convertida na emenda constitucional nº72, em 02 de abril de 2013, tornou-se um marco trabalhista para a categoria ao igualar os direitos dos trabalhadores domésticos com o de outras ocupações assegurando, entre outras coisas, o limite da jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 horas semanais, e o pagamento pelas horas extras em caso de extrapolação dessa jornada. Enquanto alguns desses direitos passaram a valer imediatamente após a promulgação, outros dependiam de regulamentação, que viria a ocorrer em julho de 2015 pela Lei Complementar nº150. De imediato, as mudanças proporcionadas pela emenda foram: a) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; b) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; c) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; d) remuneração do serviço extraordinário superior; e) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; f) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; g) proibição de

diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; h) proibição de discriminação em relação a salário e admissão do trabalhador portador de deficiência; i) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores.

Já os itens que necessitavam de regulamentação própria para passarem a valer englobavam: a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; c) fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS); d) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda; f) assistência gratuita aos filhos e em creches e pré-escolas; g) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

3. DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA

3.1. DADOS

Os dados usados nesse trabalho foram extraídos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) para o período entre 2003 e 2015 nas regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte). A PME, que existiu até o começo de 2016, tinha estrutura de painel no qual cada domicílio era entrevistado por quatro meses consecutivos, retirado da amostra por oito meses e retornava para mais quatro meses de entrevistas. Esse rodízio visava minimizar o cansaço imposto aos respondentes pelo fato de terem de responder o mesmo questionário repetidas vezes. Mesmo com essa quebra, a pesquisa possibilita a estimação de efeitos transitivos, dado que as unidades amostrais eram acompanhadas por oito períodos ao longo de dezesseis meses. Por ser um painel de acompanhamento mensal, a PME permite a abordagem de questões conjunturais do mercado de trabalho, representando melhor a combinação de acontecimentos em torno do período analisado, sendo assim preferível para esse estudo. A PNAD, mesmo tendo uma cobertura mais ampla (são 3.500 municípios no seu plano amostral contra 145 da PME), captava informações apenas anualmente, permitindo somente a leitura dos aspectos estruturais do mercado de trabalho.

O questionário conta com algumas variáveis do indivíduo úteis ao estudo (tais como idade, sexo, região metropolitana correspondente, posição que ocupa na família, número de moradores do domicílio, nível de escolaridade e raça), as quais serão utilizadas principalmente no balanceamento entre os grupos de tratamento e controle. Um dos pontos mais relevantes da pesquisa é que a PME não traz em seu questionário a pergunta se o empregado doméstico é mensalista ou diarista: para tanto, utilizou-se a variável número de empregos para fazer essa distinção, considerando os diaristas como aqueles com mais de um trabalho na semana e mensalistas aqueles com apenas um trabalho semanal, do mesmo modo como proposto por Theodoro e Scorzafave (2011).

Alguns cortes são feitos na amostra para o estudo: primeiramente, o universo da análise será composto apenas por indivíduos do sexo feminino, acima de 18 anos e ocupados no momento da entrevista. O corte pelo sexo se justifica uma vez que, dado

o peso proporcional das mulheres entre o total de trabalhadores domésticos, os resultados encontrados para este conjunto certamente acompanham o resultado encontrado para o público total. Já a questão da idade segue a definição do Decreto 6.481/2008 que proibiu o trabalho doméstico para pessoas menores de idade.

O outro corte amostral está relacionado à estrutura de dados em painel da PME. Embora, conforme já dito, a estrutura em painel seja uma maneira rica de se trabalhar com uma base de dados, pode ocorrer um desgaste pela perda de unidades amostrais ao longo do tempo, seja pela mobilidade geográfica dos indivíduos, seja pela recusa da entrevista. Pode-se especular, a priori, que algumas características individuais relacionadas a esse atrito (como a situação de desemprego, idade, ocupação e nível de escolaridade) poderiam influenciar os resultados encontrados. Embora essas causas de desgaste não sejam exploradas nesse estudo, pode-se tomar como referência o trabalho de Ribas e Soares (2008a), no qual há evidência de que indivíduos com oito ou mais anos de estudo representam menor possibilidade de atrito, enquanto maiores taxas de desemprego e ocupação em setores menos formais tem maior relação com o desgaste no painel. Por esses motivos, a estimativa dos parâmetros de interesse será feita tanto para a base cheia (atritada) quanto considerando somente os indivíduos presentes nos dois momentos da análise (por exemplo, aqueles que responderam à pesquisa da 1ª à 4ª vez em janeiro de 2013 e da 5ª a 8ª vez em janeiro de 2014). A construção da base sem atrito segue conforme o algoritmo proposto por Ribas e Soares (2008b).

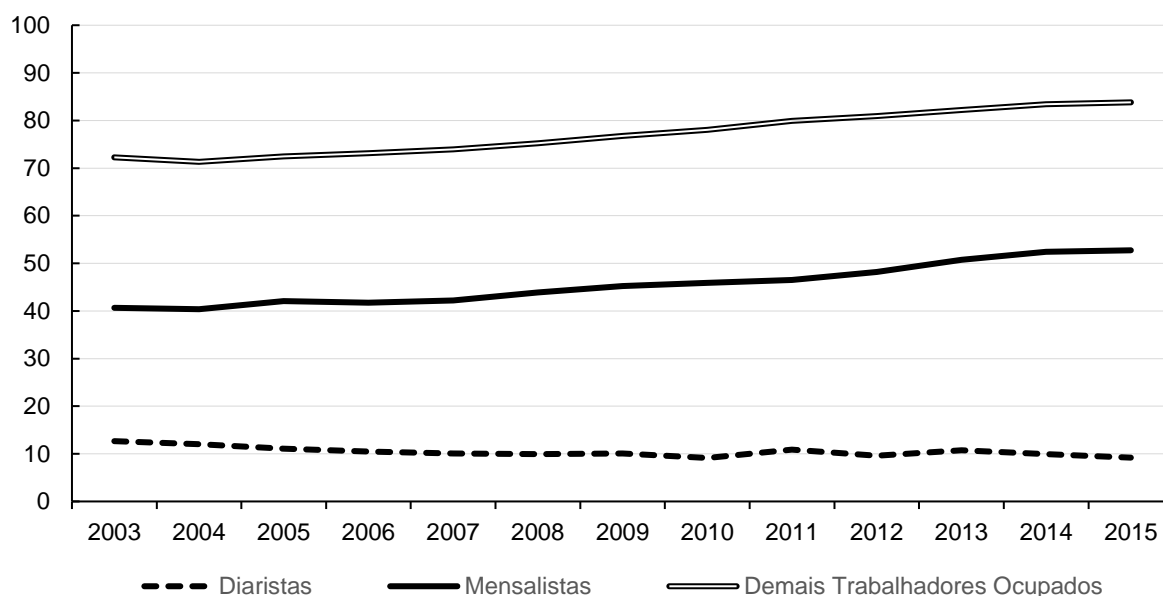
As variáveis utilizadas no trabalho foram: ocupação (com a distinção entre domésticos e demais trabalhadores ocupados exceto os primeiros), número de empregos na semana (justamente para a diferenciação entre mensalistas e diaristas, conforme citado anteriormente), rendimentos e jornada de trabalho, posse de carteira assinada, sexo, posição que ocupa na família (destacando os chefes de família), número de moradores no domicílio, região metropolitana, idade, escolaridade e raça.

3.2. NÚMEROS DO EMPREGO DOMÉSTICO

Como mencionado na introdução, pouco mais de um terço dos empregados domésticos possuem contrato formal de trabalho. Contudo, a figura 1 abaixo mostra

que, para os mensalistas, o nível de formalização parece ter sofrido um impacto positivo relevante ao longo dos últimos 13 anos. Esse impacto teve seu maior aumento especificamente entre os anos de 2012 e 2013, período da promulgação da lei; em 2013 a taxa de formalização dos mensalistas rompeu pela primeira vez a barreira dos 50% (passando de 48% para 51%, o que representa um aumento de 5,3%), patamar o qual ela se manteve pelos três anos seguintes. Vale frisar que esse aumento percebido entre os anos de 2012 e 2013 foi menos significativo para os demais trabalhadores (1,5% de aumento na formalização) e não parece ter ocorrido para o grupo dos diaristas.

Figura 1. Evolução dos trabalhadores com carteira assinada (em %)

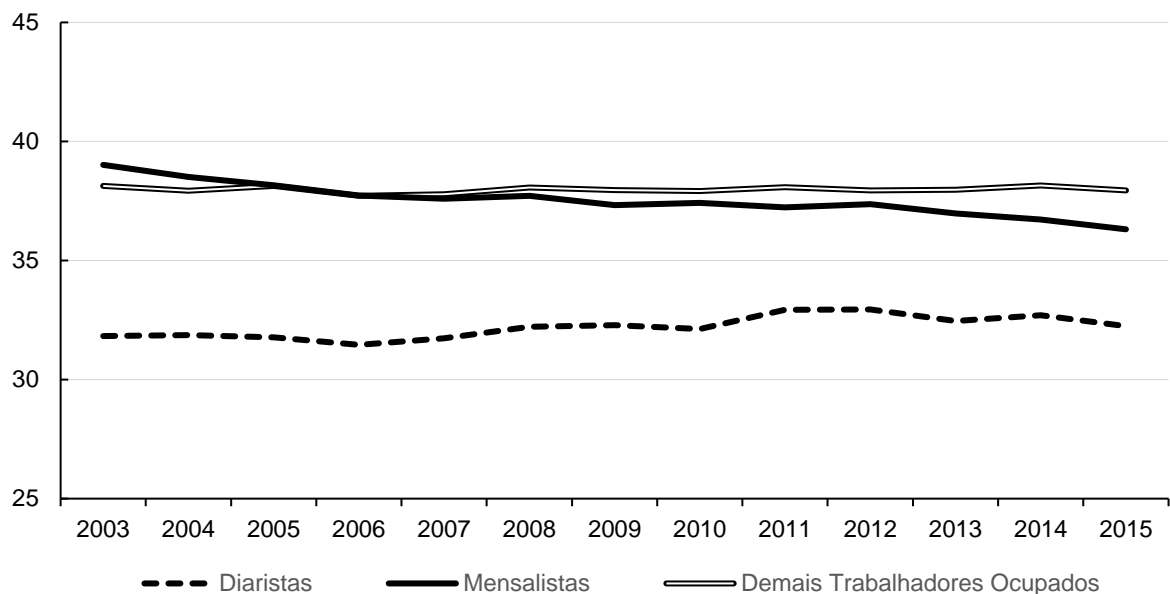


Fonte: PME/IBGE

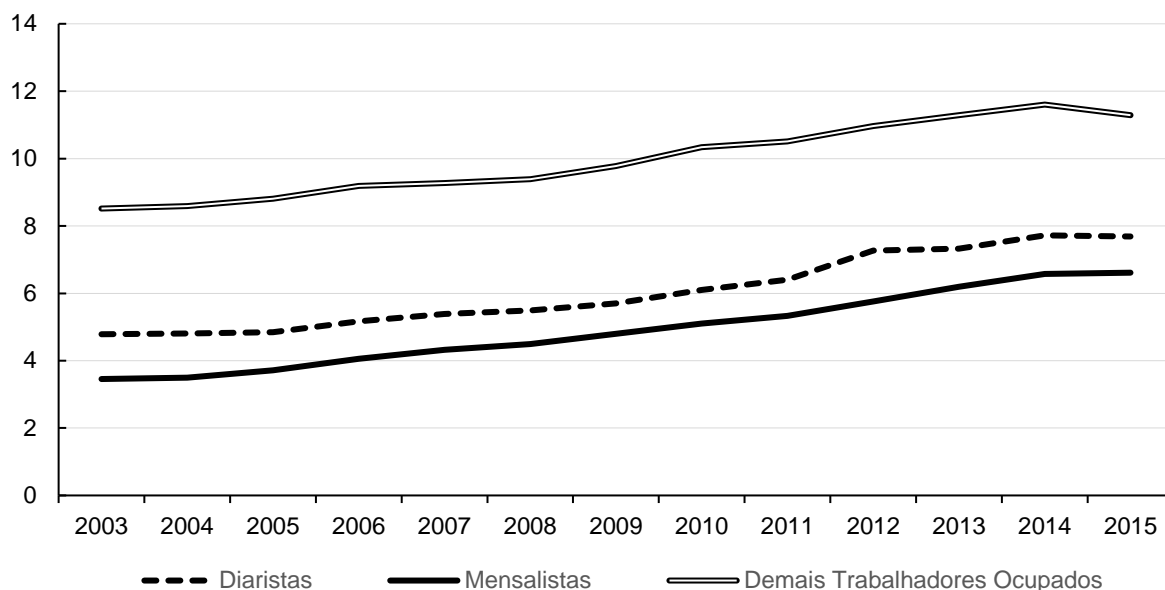
A jornada de trabalho semanal apresenta queda praticamente constante ao longo do período para os mensalistas, enquanto para os diaristas a jornada é mais volátil, embora bem mais baixa (em torno de 32 horas semanais); já para o grupo dos demais trabalhadores, a jornada é praticamente estável em torno de 38 horas por todo o período. O salário-hora, em termos reais, apresenta uma tendência de aumento para as três categorias analisadas; no entanto, a média de crescimento para os empregados mensalistas é de 5,6%, mais que o dobro do aumento médio para os demais trabalhadores e quase 40% maior do que o incremento salarial médio dos diaristas. A inspeção gráfica coloca os três resultados de interesse do estudo

(aumento da formalização, diminuição da jornada de trabalho e aumento do salário/hora) em acordo com o esperado com a implementação da PEC em 2012, dado que a expectativa era que a nova lei desse automaticamente mais peso à punição por descumprimento da legislação trabalhista, fazendo com que o empregador passasse a assinar a carteira de trabalho, deixasse de pagar um salário abaixo do mínimo estabelecido por lei e tivesse mais rigor no controle das horas extras, compensando as mesmas com o pagamento pela jornada excedente (BARBOSA; COSTA; HIRATA, 2016).

Figura 2. Evolução da jornada de trabalho (em horas semanais)



Fonte: PME/IBGE

Figura 3. Evolução do salário-hora (em R\$)

Fonte: PME/IBGE

Nota: Valores deflacionados com base no INPC.

3.3. CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

A tabela 1 resume as principais estatísticas descritivas da amostra utilizada no trabalho para o mês de janeiro de 2013, ou seja, no período anterior à implementação da PEC. Existem diferenças estatisticamente significantes em praticamente todas as variáveis analisadas na comparação entre os empregados domésticos mensalistas e os demais trabalhadores ocupados: os primeiros são, em média, 10 anos mais velhos e tem um nível de instrução bem menor - 15% tem no máximo apenas 3 anos de estudos completos e apenas 25% tem o equivalente ao 2º grau completo, enquanto que para os demais trabalhadores, esse último indicador é de 75% - , além de ocuparem em maior proporção a posição de chefe na família. Quase 70% dos mensalistas se dizem negros ou pardos, enquanto os demais trabalhadores têm em sua composição étnica menos de 50% de pessoas que se declaram dessas duas raças. Por fim, mensalistas e demais trabalhadores tem basicamente a mesma jornada de trabalho, com os primeiros recebendo cerca de 85% do valor por hora dos últimos e com um grau de informalidade quase 180% maior.

Por outro lado, a comparação entre empregados domésticos mensalistas e diaristas mostra que esses dois grupos são muito homogêneos em relação às covariadas analisadas: basicamente todas as variáveis pré-tratamento estão balanceadas entre esses dois grupos, com exceção de uma questão regional (a região metropolitana de Porto Alegre possui quase o dobro de diaristas) e das variáveis de interesse – em média, os diaristas trabalham 5 horas a menos por um salário-hora ligeiramente superior. Além disso, vale destacar ainda a quase inexistência de uma relação formal de trabalho para os diaristas, dado que menos de 10% dessa categoria possui registro em carteira.

Tabela 1. Características dos trabalhadores para janeiro de 2013

	Mensalistas (1)	Diaristas (2)	Demais (3)	Diferença (2) - (1)	Diferença (3) - (1)
Idade	43,590 (0,359)	43,227 (0,582)	34,236 (0,143)	-0,363 (0,766)	-9,354*** (0,375)
Chefe da família (%)	0,460 (0,015)	0,502 (0,030)	0,298 (0,006)	0,042 (0,034)	-0,162*** (0,015)
Moradores no domicílio	3,515 (0,048)	3,643 (3,515)	3,486 (0,019)	0,128 (0,108)	-0,029 (0,050)
Negros (%)	0,169 (0,113)	0,141 (0,021)	0,118 (0,004)	-0,028 (0,025)	-0,051*** (0,011)
Pardos (%)	0,510 (0,015)	0,451 (0,030)	0,371 (0,006)	-0,058* (0,034)	-0,139*** (0,016)
Sem instrução (%)	0,036 (0,006)	0,040 (0,012)	0,005 (0,001)	0,004 (0,013)	-0,031*** (0,003)
De 1 a 3 anos de estudo (%)	0,097 (0,009)	0,101 (0,018)	0,012 (0,001)	0,004 (0,020)	-0,085*** (0,005)
De 4 a 7 anos de estudo (%)	0,385 (0,015)	0,383 (0,029)	0,094 (0,004)	-0,003 (0,033)	-0,291*** (0,011)
De 8 a 10 anos de estudo (%)	0,239 (0,013)	0,025 (0,026)	0,139 (0,004)	0,007 (0,029)	-0,099*** (0,012)
11 anos ou mais de estudo (%)	0,238 (0,013)	0,231 (0,025)	0,748 (0,005)	-0,007 (0,029)	0,511*** (0,014)
Anos de estudo indeterminados (%)	0,005 (0,002)	0,000 (0,000)	0,001 (0,000)	-0,005 (0,004)	-0,005*** (0,001)
Recife (%)	0,142 (0,011)	0,119 (0,019)	0,107 (0,004)	-0,023 (0,023)	-0,345*** (0,010)
Salvador (%)	0,132 (0,010)	0,112 (0,019)	0,108 (0,004)	-0,020 (0,022)	-0,024** (0,010)
Belo Horizonte (%)	0,244 (0,013)	0,199 (0,024)	0,215 (0,005)	-0,046 (0,029)	-0,029** (0,014)
Rio de Janeiro (%)	0,196 (0,012)	0,188 (0,024)	0,158 (0,005)	-0,008 (0,027)	-0,038*** (0,012)
São Paulo (%)	0,182 (0,012)	0,213 (0,025)	0,244 (0,005)	0,031 (0,026)	0,062*** (0,014)
Porto Alegre (%)	0,104 (0,009)	0,170 (0,023)	0,168 (0,005)	0,065*** (0,022)	0,064*** (0,012)
Formalização (%)	0,478 (0,015)	0,094 (0,018)	0,811 (0,005)	-0,385*** (0,031)	0,333*** (0,013)
Jornada de trabalho (horas)	35,449 (0,450)	30,505 (0,819)	35,876 (0,173)	-4,944*** (0,985)	0,427 (0,458)
Salário/hora (R\$)	7,184 (0,144)	8,334 (0,357)	13,464 (0,225)	1,150*** (0,338)	6,281*** (0,545)
Observações	1.093	277	6.348		

Fonte: PME/IBGE

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10.

4. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

A análise dos efeitos da EC nº72 no salário, na jornada de trabalho e na formalização dos trabalhadores domésticos será feita via estimador de diferenças em diferenças. A amostra do estudo é composta por trabalhadores do sexo feminino, ocupadas e maiores de 18 anos e o grupo de tratamento considerado é composto por trabalhadores domésticos mensalistas, que são o público-alvo da lei. São considerados dois grupos de controle distintos: a) os trabalhadores domésticos diaristas e b) os demais trabalhadores, semelhantes aos domésticos em características observáveis, selecionados por procedimento de pareamento via escore de propensão, descrito adiante. Um exercício de robustez considerando os empregados diaristas como grupo de tratamento também será realizado, uma vez que esse público pode ter sofrido efeitos indiretos da mudança legislativa. Para esse teste, o grupo de comparação também será composto por demais trabalhadores selecionados por escore de propensão.

O método de diferenças em diferenças compara as evoluções da variável resposta entre os períodos pré e pós-intervenção, observadas entre o grupo de tratamento e o grupo de controle (MENEZES-FILHO, 2016). A ideia aqui é a de que a trajetória da variável resposta no grupo de controle deveria ser a mesma do grupo de tratados, na ausência desse tratamento. Assim, para que essa metodologia forneça evidências críveis do impacto causal da intervenção, a hipótese de identificação é que as trajetórias dos dois grupos sejam paralelas, na ausência da intervenção, de forma que a evolução do grupo de controle represente um bom contrafactual do grupo de tratamento, na ausência da política.

Serão estimados três modelos por Mínimos Quadrados Ordinários, conforme equação geral:

$$Y_{it} = X'_{it}\alpha + \delta_0 T_i + \delta_1 t_t + \beta_1 (T_i t_t) + \varepsilon_{it} \quad (1),$$

em que Y_{it} representa as três variáveis dependentes analisadas (formalização, jornada de trabalho e salário/hora); X'_{it} representa um vetor de características

observadas, incluindo o intercepto; T_i é uma variável binária que assume valor 1 se o indivíduo for tratado e 0 caso contrário; t_t é uma variável binária que assume o valor 1 para o período pós implantação da lei e 0 caso contrário e; ε_{it} representa características não-observáveis do indivíduo i no período t . O parâmetro de interesse é captado por β_1 e deve estimar o que acontece ao grupo de tratados no período pós-tratamento. A princípio, espera-se que o parâmetro de interesse β_1 seja positivo para o nível de formalização e salário-hora, e negativo para jornada de trabalho, conforme comentado anteriormente, pelo fato de que a nova lei estimularia o registro em carteira, evitaria a remuneração abaixo do piso estabelecido e daria maior rigor ao controle das horas extras.

Como observado na tabela 1, os trabalhadores domésticos diaristas e os trabalhadores domésticos mensalistas são bastante semelhantes nas características observáveis associadas aos resultados no mercado de trabalho. Isso não pode ser dito quando comparamos os trabalhadores domésticos (mensalistas ou não) com os demais trabalhadores ocupados. Para reduzir a heterogeneidade observada entre esses públicos, utilizou-se o método de pareamento conhecido como *propensity score matching* (PSM), que permite identificar grupos de tratamento e controle com probabilidades similares de serem selecionados em determinado tratamento. O PSM não combina os indivíduos diretamente em suas características observáveis, mas sim na probabilidade de participar do tratamento, condicional a essas variáveis observáveis. De forma mais objetiva, o que o PSM propõe é que, ao comparamos indivíduos pareados, o único fator de diferenciação em termos das variáveis de interesse seria a influência da nova legislação; assim, no caso específico desse estudo, o indivíduo do grupo de controle (no caso, os demais trabalhadores ocupados) representaria o que teria acontecido com o empregado doméstico mensalista caso não houvesse a alteração na lei. Essa combinação de métodos possibilitará a estimação do efeito médio do tratamento sobre os tratados (*average treatment effect on the treated* – ATT).

A primeira condição para execução do PSM é a garantia da hipótese de independência condicional, que pode ser representada pela equação abaixo:

$$(Y^0, Y^1) \perp T \mid X \quad (2),$$

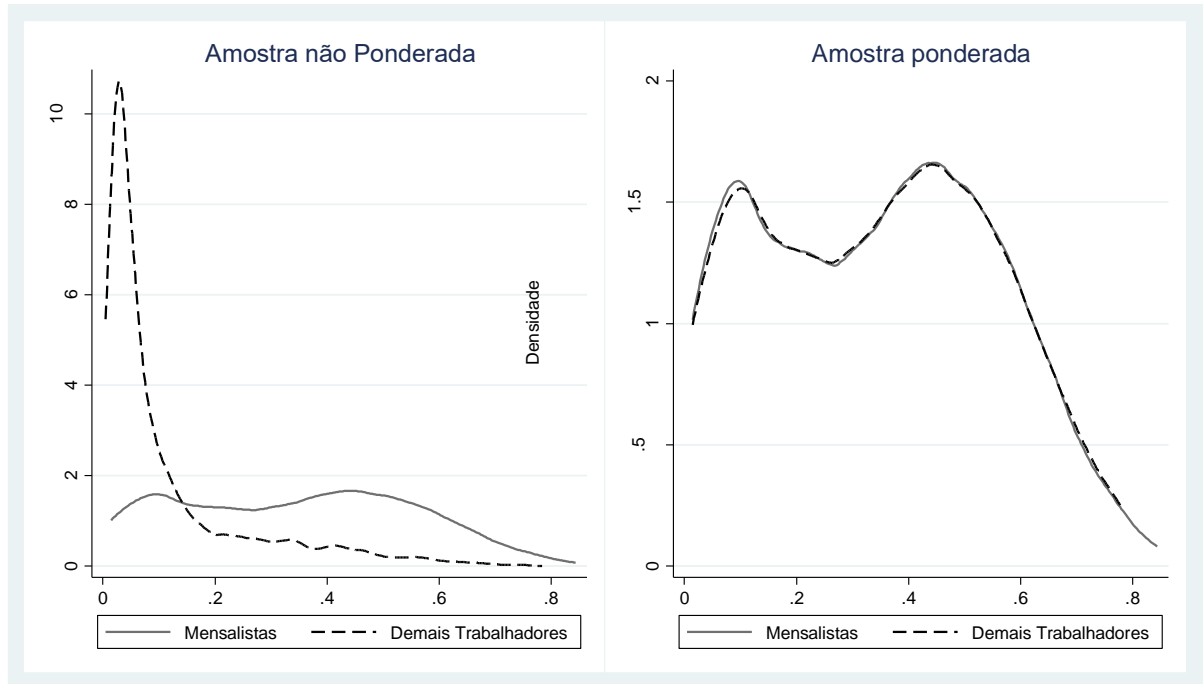
ou seja, uma vez controlado por X (conjunto de variáveis que não são afetadas pelo tratamento), a seleção ou atribuição do tratamento é aleatória. Isso implica que o resultado de um indivíduo do grupo de controle é um bom preditor do resultado potencial na ausência de tratamento de um indivíduo do grupo de tratamento que possui o mesmo vetor de variáveis X . A segunda condição é que o PSM é mais bem-sucedido quando os escores de propensão nos grupos estão dentro da mesma faixa, respeitando o chamado suporte comum (ou sobreposição), representado por:

$$0 < Pr[T = 1|X] < 1 \quad (3),$$

que indica que para cada valor de X existem ambos tratados e não tratados. Na prática, é preciso haver indivíduos que não recebam o tratamento mesmo que tenham características muito semelhantes aos que o recebem.

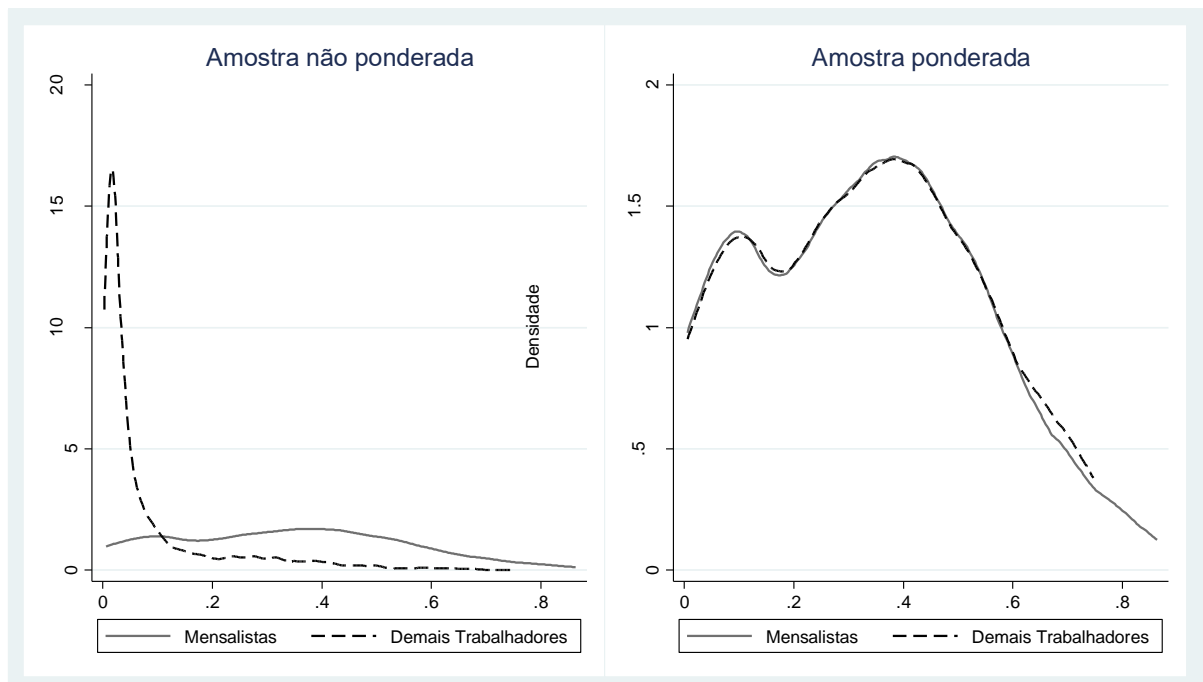
As figuras 4 e 5 conseguem dar a dimensão da qualidade do pareamento entre o grupo mais impactado pela lei (mensalistas) e o grupo de controle formado pelos demais trabalhadores, tanto para as amostras com atrito (que considera todos os respondentes nos dois períodos) quanto nas amostras sem atrito (na qual manteve-se apenas os indivíduos que responderam à pesquisa em ambos os períodos). Para todos os casos, o pareamento foi feito com um vizinho mais próximo (*nearest neighbor matching*), sem reposição. Quanto mais próximas as curvas, melhor o pareamento:

Figura 4. Densidade do escore de propensão para os grupos de tratados (mensalistas) e controles (demais trabalhadores) - base cheia



Fonte: PME/IBGE

Figura 5. Densidade do escore de propensão para os grupos de tratados (mensalistas) e controles (demais trabalhadores) - base sem atrito



Fonte: PME/IBGE

Além dessa inspeção visual, pode-se fazer o teste de médias das covariadas usadas no *probit*. Conforme as tabelas 2 e 3 abaixo, após o pareamento as médias entre todas as variáveis passaram a ser iguais entre tratados e controles, garantindo a homogeneidade dos grupos nas variáveis observadas. Por último, também pode-se utilizar como medida de qualidade do pareamento o pseudo R² (que indica o quanto as covariadas conseguem explicar a probabilidade de uma pessoa ser um empregado doméstico mensalista); esse indicador cai de 23,9 para 0,6 na amostra cheia e de 28,8 para 1,8 na amostra em estrutura de painel após o balanceamento, o que faz sentido uma vez que a expectativa é que não haja mais diferença entre as covariadas para os grupos de tratados e controle.

Tabela 2. Resultados do teste-t antes e após o pareamento entre mensalistas e demais trabalhadores (base com atrito)

Variáveis	Amostra	Médias		% de viés	% de redução	t-test	p-valor do t test
		Tratados	Controles				
Idade	Não pareada	43,590	34,236	80,7		24,95	0,000
	Pareada	43,590	43,853	-2,3	97,2	-0,51	0,610
Chefe da família	Não pareada	0,460	0,298	33,9		10,67	0,000
	Pareada	0,460	0,497	-7,6	77,4	-1,71	0,087
Moradores no domicílio	Não pareada	3,515	3,487	1,9		0,58	0,561
	Pareada	3,515	3,592	-5,0	-168,3	-1,12	0,264
Negros	Não pareada	0,169	0,118	14,5		4,68	0,000
	Pareada	0,169	0,172	-5,0	94,6	-0,17	0,865
Pardos	Não pareada	0,510	0,371	28,3		8,74	0,000
	Pareada	0,510	0,522	-2,6	90,8	-0,60	0,549
Sem instrução	Não pareada	0,036	0,005	21,8		9,68	0,000
	Pareada	0,036	0,037	-0,7	97,0	-0,11	0,909
1 a 3 anos de estudo	Não pareada	0,097	0,012	37,9		16,97	0,000
	Pareada	0,097	0,083	6,1	83,8	1,12	0,263
4 a 7 anos de estudo	Não pareada	0,385	0,094	72,5		27,11	0,000
	Pareada	0,385	0,330	-1,8	97,5	-0,35	0,726
8 a 10 anos de estudo	Não pareada	0,239	0,139	25,6		8,45	0,000
	Pareada	0,239	0,241	-0,5	98,2	-0,10	0,920
11 anos ou mais de estudo	Não pareada	0,238	0,748	-118,7		-36,02	0,000
	Pareada	0,238	0,240	-0,4	99,6	-0,10	0,920
Anos de estudo indeterminados	Não pareada	0,005	0,001	8,4		3,74	0,000
	Pareada	0,005	0,007	-3,3	61,1	-0,54	0,920
Recife	Não pareada	0,142	0,107	10,5		3,34	0,001
	Pareada	0,142	0,132	3,1	70,9	0,68	0,494
Salvador	Não pareada	0,132	0,108	7,4		2,35	0,019
	Pareada	0,132	0,118	4,2	43,2	0,97	0,332
Belo Horizonte	Não pareada	0,244	0,215	7,0		2,17	0,030
	Pareada	0,244	0,278	-8,1	-15,1	-1,80	0,072
Rio de Janeiro	Não pareada	0,196	0,158	9,9		3,12	0,002
	Pareada	0,196	0,181	3,8	61,3	0,87	0,382
São Paulo	Não pareada	0,182	0,244	-15,2		-4,47	0,000
	Pareada	0,182	0,184	-0,4	97,0	-0,11	0,912
Porto Alegre	Não pareada	0,104	0,168	-18,7		-5,35	0,000
	Pareada	0,104	0,112	-2,1	88,6	-0,55	0,582

Fonte: PME/IBGE para os meses de janeiro/2013 e janeiro/2014

Tabela 3. Resultados do teste-t antes e após o pareamento entre mensalistas e demais trabalhadores (base sem atrito)

Variáveis	Amostra	Médias		% de viés	% de redução	t-test	p-valor do t test
		Tratados	Controles				
Idade	Não pareada	45,125	34,900	94,7		16,74	0,000
	Pareada	45,125	45,788	-6,1	93,5	-0,85	0,397
Chefe da família	Não pareada	0,481	0,300	37,7		7,08	0,000
	Pareada	0,481	0,467	2,8	92,5	0,37	0,713
Moradores no domicílio	Não pareada	3,465	3,472	-0,5		-0,09	0,925
	Pareada	3,465	3,389	5,2	-926,7	0,68	0,497
Negros	Não pareada	0,139	0,111	8,2		1,55	0,121
	Pareada	0,139	0,139	0,0	100,0	0,00	1,000
Pardos	Não pareada	0,522	0,355	34,1		6,29	0,000
	Pareada	0,522	0,538	-3,3	90,2	-0,44	0,658
Sem instrução	Não pareada	0,030	0,005	18,8		5,04	0,000
	Pareada	0,030	0,024	4,1	77,9	0,45	0,651
1 a 3 anos de estudo	Não pareada	0,128	0,011	47,2		14,36	0,000
	Pareada	0,128	0,114	5,5	88,4	0,56	0,572
4 a 7 anos de estudo	Não pareada	0,394	0,083	78,3		18,41	0,000
	Pareada	0,394	0,421	-6,8	91,3	-0,75	0,454
8 a 10 anos de estudo	Não pareada	0,239	0,118	32,0		6,54	0,000
	Pareada	0,239	0,217	5,7	82,1	0,70	0,483
11 anos ou mais de estudo	Não pareada	0,207	0,782	-140,7		-25,32	0,000
	Pareada	0,207	0,220	-3,3	97,6	-0,45	0,653
Anos de estudo indeterminados	Não pareada	0,003	0,001	5,0		1,25	0,210
	Pareada	0,003	0,003	0,0	100,0	0,00	1,000
Recife	Não pareada	0,125	0,090	11,4		2,19	0,029
	Pareada	0,125	0,098	8,8	22,7	1,17	0,242
Salvador	Não pareada	0,084	0,081	1,2		0,22	0,827
	Pareada	0,084	0,076	3,0	-147,0	0,41	0,684
Belo Horizonte	Não pareada	0,242	0,222	4,8		0,88	0,381
	Pareada	0,242	0,272	-7,1	-48,2	-0,93	0,354
Rio de Janeiro	Não pareada	0,296	0,207	20,6		3,92	0,000
	Pareada	0,296	0,304	-1,9	90,8	-0,24	0,810
São Paulo	Não pareada	0,155	0,229	-18,9		-3,24	0,001
	Pareada	0,155	0,147	2,1	89,0	0,31	0,758
Porto Alegre	Não pareada	0,098	0,171	-21,7		-3,61	0,000
	Pareada	0,098	0,103	-1,6	92,6	-0,24	0,807

Fonte: PME/IBGE para os meses de janeiro/2013 e janeiro/2014

5. RESULTADOS

5.1. ANÁLISE DAS DIFERENÇAS EM DIFERENÇAS

Embora a análise temporal das variáveis de interesse ao redor do período da promulgação da emenda forneça uma ideia geral do que ocorre com o grupo diretamente afetado pela regulamentação, é possível que outros efeitos alheios à legislação sejam os reais responsáveis por tais variações. Por exemplo, é razoável supor que o salário/hora tenha aumentado simplesmente porque a economia cresceu no mesmo período, ou porque esse salário estivesse de alguma forma atrelado ao salário mínimo que, por sua vez, estivesse relacionado à inflação do período e que essa última pode ter variado por fatores que excedem a implementação da nova legislação. Para sanar esse problema, estimamos os parâmetros por diferenças em diferenças, comparando inicialmente os meses de janeiro de 2013 (pré-tratamento) e janeiro de 2014 (pós-tratamento).

Os resultados expostos na tabela 4 evidenciam que os efeitos foram positivos no que diz respeito à formalização da relação de trabalho: após a lei, a possibilidade da posse de carteira assinada subiu 11,6% para os empregados domésticos mensalistas em comparação com os demais trabalhadores ocupados e 6,3% em relação aos trabalhadores domésticos diaristas. No entanto, esse resultado só é estatisticamente significativo quando consideramos a amostra completa, ou seja, sem reduzir o atrito causado por respondentes presentes em apenas um momento da pesquisa¹. Quando a análise é feita sobre a amostra sem atrito (ou seja, deixando apenas os indivíduos que estão presentes nas pesquisas pré e pós-tratamento), os efeitos, apesar de ainda positivos, tem uma magnitude bem menor e deixam de ser estatisticamente significantes. Quando se compara os empregados domésticos diaristas com os demais trabalhadores, o efeito é muito próximo de zero e não é estatisticamente em nenhuma das amostras avaliadas.

¹ A rigor, todas as equações apresentadas na seção 5 desse trabalho tiveram a inclusão do vetor de covariadas, composto por: idade, posição na família (se indivíduo é chefe da família), número de moradores no domicílio, raça (negra ou parda), grau de instrução (em anos de estudo) e região metropolitana correspondente. Por questões de espaço, os resultados estimados não foram reportados aqui, mas estão disponíveis mediante solicitação ao autor.

Tabela 4. Efeito da EC nº72 sobre a probabilidade de ter carteira assinada

	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (1)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (2)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (3)	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (4)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (5)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (6)
Lei*tratado	0,116*** (0,028)	0,063* (0,033)	-0,002 (0,040)	0,021 (0,037)	0,031 (0,049)	-0,010 (0,034)
Tratado	-0,333*** (0,016)	0,385*** (0,023)	-0,701*** (0,017)	-0,265*** (0,026)	0,545*** (0,034)	-0,810*** (0,023)
Lei	0,069*** (0,008)	0,009 (0,024)	0,071*** (0,008)	0,020** (0,009)	0,010 (0,033)	0,020** (0,009)
Constante	0,811*** (0,005)	0,094*** (0,018)	0,809*** (0,005)	0,860*** (0,006)	0,051** (0,022)	0,860*** (0,006)
Número de observações	10.905	2.576	9.877	6.790	934	6.248
R2	0,078	0,129	0,149	0,048	0,211	0,156

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10

(1), (2) e (3) – amostras com atrito

(4), (5) e (6) – amostras sem atrito

Com relação ao salário, pode-se supor de dois efeitos distintos: caso o limite de horas trabalhadas na semana seja respeitado, esperar-se-ia uma diminuição nos rendimentos dos empregados mensalistas. Caso a jornada extrapole o teto estabelecido pela lei, deveria ser observado um aumento do salário pago. Os resultados trazidos na tabela 5 mostram, no entanto, que os efeitos sobre o salário são ambíguos entre os dois grupos de controle observados. Ao comparar-se os mensalistas com os demais trabalhadores, tem-se um aumento na diferença de rendimentos entre os grupos (no caso, os salários dos demais trabalhadores cresce proporcionalmente mais do que os dos mensalistas), enquanto na comparação com os diaristas essa diferença cai. Ambas as estimações não têm significância estatística.

Tabela 5. Efeito da EC nº72 sobre o salário hora

	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (1)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (2)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (3)	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (4)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (5)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (6)
Lei*tratado	-0,434 (0,552)	0,373 (0,501)	-0,799 (0,798)	-0,206 (0,670)	0,440 (0,887)	-0,647 (0,969)
Tratado	-6,281*** (0,267)	-1,150*** (0,384)	-5,037*** (0,373)	-6,587*** (0,449)	-0,923 (0,669)	-5,667*** (0,714)
Lei	1,504*** (0,469)	-0,044 (0,447)	1,530*** (0,469)	0,474 (0,550)	-0,171 (0,799)	0,475 (0,550)
Constante	13,464*** (0,225)	8,334*** (0,356)	13,443*** (0,224)	14,494*** (0,364)	8,830*** (0,615)	14,497*** (0,364)
Número de observações	10.905	2.576	9.877	6.790	934	6.248
R2	0,016	0,007	0,005	0,011	0,004	0,003

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10

(1), (2) e (3) – amostras com atrito

(4), (5) e (6) – amostras sem atrito

Por fim, os resultados para a jornada de trabalho mostram que ela diminuiu para os empregados domésticos mensalistas na comparação com ambos os grupos de controle. Ao comparar diaristas com demais trabalhadores nota-se que não é possível identificar uma variação na jornada de trabalho semanal. Além das estimativas para essa variável não terem significância estatística, exceto para a comparação entre mensalistas e demais trabalhadores na amostra com atrito (coluna 4 da tabela 6), o indicador em si não parece responder como um impacto direto da lei, uma vez que as médias de horas trabalhadas pelo grupo de mensalistas e diaristas já era inferior às 40 horas semanais definidas como teto.

Tabela 6. Efeito da EC nº72 sobre a jornada de trabalho semanal

	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (1)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (2)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (3)	trabalhadores domésticos mensalistas x outros trabalhadores na condição de empregados (4)	trabalhadores domésticos mensalistas x trabalhadores domésticos diaristas (5)	trabalhadores domésticos diaristas x outros trabalhadores na condição de empregados (6)
Lei*tratado	-0,875 (0,842)	-0,089 (1,242)	0,672 (1,442)	-2,583** (1,124)	-3,068 (2,130)	0,483 (1,865)
Tratado	-0,427 (0,482)	4,944*** (0,934)	-5,509*** (0,724)	0,953 (0,833)	6,991*** (1,475)	-6,032*** (1,262)
Lei	1,515*** (0,283)	0,932 (1,057)	1,503*** (0,283)	1,192*** (0,333)	1,677 (1,839)	1,194*** (0,333)
Constante	35,876*** (0,173)	30,505*** (0,818)	35,885*** (0,173)	36,199*** (0,246)	30,161*** (1,240)	36,194*** (0,246)
Número de observações	10.905	2.576	9.877	6.790	934	6.248
R2	0,003	0,018	0,010	0,002	0,027	0,008

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10

(1), (2) e (3) – amostras com atrito

(4), (5) e (6) – amostras sem atrito

5.2. DISCUSSÕES

As análises acima devem ser tratadas com cautela, uma vez que os resultados encontrados podem carregar consigo um efeito inercial da implementação da política, ou seja, é necessário investigar se empregadores e empregados precisaram de um tempo para o ajuste contratual. Dessa forma, foi estimado o mesmo modelo definido na equação 1, alterando o período da análise para de outubro de 2012 x outubro de 2013, novembro de 2012 x novembro de 2013, dezembro de 2012 x dezembro de 2013, fevereiro de 2013 x fevereiro de 2014 e março de 2013 x março de 2014. Como pode ser visto no conjunto de tabelas abaixo, os únicos parâmetros constantemente significantes para o grupo dos trabalhadores domésticos mensalistas foram os de formalização, considerando as bases com atrito de respondentes. Na comparação desse grupo com os demais trabalhadores, todos os meses com exceção a novembro mostram um efeito positivo para a posse de carteira assinada para o grupo tratado, inclusive com uma certa estabilidade na magnitude do aumento do indicador – em torno de 11%, considerando o período de dezembro/2012 – março/2013. Evidência semelhante foi encontrada no comparativo entre mensalistas e diaristas para os meses de janeiro a março de 2013, nos quais foram vistos um aumento na

formalização dos mensalistas em torno de 6% (tabela 9). Essas evidências de aumento no nível de formalização para o comparativo do primeiro trimestre de 2013 com 2014 contribuem para corroborar a hipótese de que empregadores e empregados precisariam de um tempo para o ajuste dos contratos de trabalho de acordo com o que havia sido definido pela PEC.

Para as outras duas variáveis de interesse a conclusão permanece a mesma apresentada anteriormente: a grande maioria das estimativas não é estatisticamente significativa e, especialmente para o salário, o sinal encontrado não parece fazer sentido com o que era esperado a partir da implementação da lei.

Tabela 7. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,0755*** (0,028)	0,044 (0,028)	0,115*** (0,028)	0,114*** (0,028)	0,105*** (0,028)
Tratado	-0,316*** (0,016)	-0,321*** (0,016)	-0,328*** (0,016)	-0,302*** (0,016)	-0,320*** (0,016)
Lei	0,072*** (0,008)	0,071*** (0,008)	0,0645*** (0,008)	0,081*** (0,008)	0,066*** (0,008)
Constante	0,796*** (0,005)	0,797*** (0,005)	0,802*** (0,005)	0,805*** (0,005)	0,815*** (0,005)
Número de observações	11.092	10.993	10.965	10.744	10.885
R2	0,071	0,077	0,072	0,067	0,071

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 8. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,010 (0,037)	-0,006 (0,037)	0,027 (0,037)	0,014 (0,035)	0,034 (0,036)
Tratado	-0,282*** (0,026)	-0,301*** (0,026)	-0,270*** (0,027)	-0,222*** (0,025)	-0,281*** (0,026)
Lei	0,220** (0,009)	0,024*** (0,009)	0,022** (0,009)	0,033*** (0,009)	0,020** (0,008)
Constante	0,845*** (0,007)	0,843*** (0,007)	0,845*** (0,007)	0,853*** (0,006)	0,861*** (0,006)
Número de observações	6.946	6.836	6.884	6.720	7.042
R2	0,053	0,064	0,045	0,038	0,052

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 9. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,034 (0,032)	0,004 (0,032)	0,049 (0,032)	0,068** (0,034)	0,072** (0,033)
Tratado	0,391*** (0,022)	0,405*** (0,021)	0,388*** (0,022)	0,392*** (0,025)	0,393 (0,024)
Lei	0,009 (0,023)	0,034 (0,023)	0,006 (0,023)	-0,035 (0,025)	-0,028 (0,023)
Constante	0,089*** (0,016)	0,071*** (0,015)	0,086*** (0,016)	0,111*** (0,020)	0,102*** (0,018)
Número de observações	2.738	2.654	2.559	2.426	2.423
R2	0,124	0,121	0,129	0,130	0,140

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra com atrito

Tabela 10. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,032 (0,051)	0,006 (0,049)	0,100** (0,049)	0,059 (0,047)	0,044 (0,053)
Tratado	0,498*** (0,036)	0,504*** (0,033)	0,494*** (0,038)	0,582*** (0,034)	0,507*** (0,037)
Lei	0,000 (0,036)	0,013 (0,033)	-0,051 (0,032)	-0,012 (0,032)	0,011 (0,039)
Constante	0,065** (0,026)	0,038* (0,022)	0,081*** (0,027)	0,049** (0,024)	0,074*** (0,027)
Número de observações	944	922	932	934	962
R2	0,167	0,147	0,201	0,221	0,180

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 11. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,032 (0,041)	0,051 (0,043)	0,018 (0,039)	-0,009 (0,044)	0,064 (0,043)
Tratado	-0,694*** (0,017)	-0,705*** (0,016)	-0,694*** (0,017)	-0,687*** (0,018)	-0,714*** (0,017)
Lei	0,072*** (0,008)	0,071*** (0,008)	0,066*** (0,008)	0,080*** (0,008)	0,067*** (0,008)
Constante	0,796*** (0,005)	0,796*** (0,005)	0,801*** (0,005)	0,806*** (0,005)	0,814*** (0,005)
Número de observações	10.035	9.884	9.971	9.739	9.922
R2	0,137	0,139	0,141	0,139	0,150

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 12. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,022 (0,037)	-0,012 (0,034)	-0,072 (0,034)	-0,045 (0,033)	-0,010 (0,040)
Tratado	-0,780*** (0,027)	-0,805*** (0,023)	-0,764*** (0,028)	-0,805*** (0,025)	-0,787*** (0,028)
Lei	0,022** (0,009)	0,024*** (0,009)	0,022** (0,009)	0,033*** (0,009)	0,020** (0,008)
Constante	0,845*** (0,007)	0,843*** (0,007)	0,845*** (0,007)	0,853*** (0,006)	0,861*** (0,006)
Número de observações	6.370	6.228	6.346	6.114	6.460
R2	0,127	0,119	0,139	0,140	0,140

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 13. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,316 (0,335)	-0,693 (0,368)	-0,617 (0,449)	0,283 (0,450)	-0,086 (0,983)
Tratado	-4,897*** (0,196)	-4,785*** (0,220)	-4,973*** (0,232)	-4,572*** (0,372)	-4,206*** (0,222)
Lei	0,647** (0,294)	0,847*** (0,304)	0,809** (0,387)	-0,337 (0,410)	1,779*** (0,324)
Constante	10,771*** (0,171)	10,834*** (0,169)	11,491*** (0,191)	11,029*** (0,350)	10,656*** (0,173)
Número de observações	11.092	10.993	10.965	10.774	10.885
R2	0,019	0,020	0,014	0,005	0,014

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 14. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,077 (0,416)	-0,632 (0,523)	-0,356 (0,512)	0,215 (0,446)	-0,899* (0,467)
Tratado	-5,052*** (0,307)	-4,664*** (0,431)	-5,234*** (0,338)	-4,455*** (0,366)	-4,351*** (0,293)
Lei	0,071 (0,352)	0,227 (0,364)	0,458 (0,432)	-0,528 (0,378)	1,470*** (0,352)
Constante	11,347*** (0,257)	11,454*** (0,262)	11,842*** (0,271)	11,220*** (0,311)	10,964*** (0,221)
Número de observações	6.946	6.836	6.884	6.720	7.042
R2	0,015	0,013	0,011	0,010	0,015

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 15. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora formalização entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,194 (0,362)	-0,422 (0,384)	-0,954 (0,425)	-0,254 (0,403)	-0,197 (0,437)
Tratado	-1,481*** (0,263)	-1,281*** (0,278)	-1,121*** (0,307)	-0,875*** (0,306)	-1,029*** (0,294)
Lei	0,425 (0,334)	0,670** (0,340)	0,187 (0,370)	0,199 (0,355)	0,730* (0,375)
Constante	7,355*** (0,245)	7,330*** (0,240)	7,640*** (0,277)	7,331*** (0,277)	7,479*** (0,259)
Número de observações	2.738	2.654	2.559	2.426	2.423
R2	0,039	0,025	0,012	0,010	0,015

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra com atrito

Tabela 16. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,204 (0,694)	-1,008 (0,757)	0,329 (0,694)	0,522 (0,573)	-0,657 (0,836)
Tratado	-2,359*** (0,527)	-1,325** (0,588)	-1,478*** (0,534)	-1,764*** (0,442)	-1,683*** (0,461)
Lei	0,198 (0,657)	0,603 (0,657)	-0,227 (0,637)	-0,835 (0,521)	1,229 (0,777)
Constante	8,654*** (0,499)	8,115*** (0,478)	8,086*** (0,494)	8,529*** (0,397)	8,297*** (0,419)
Número de observações	944	922	932	934	962
R2	0,077	0,021	0,019	0,034	0,037

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 17. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,258 (1,166)	-0,064 (0,526)	-1,067* (0,566)	0,398 (0,567)	0,036 (0,675)
Tratado	-3,497*** (0,303)	-3,594*** (0,267)	-3,769*** (0,308)	-3,527*** (0,424)	-3,243*** (0,282)
Lei	0,670** (0,294)	0,875*** (0,304)	0,837** (0,386)	-0,318 (0,409)	1,805*** (0,324)
Constante	10,7478*** (0,170)	10,806*** (0,168)	11,466*** (0,190)	11,010*** (0,348)	10,629*** (0,172)
Número de observações	10.035	9.884	9.971	9.739	9.922
R2	0,004	0,004	0,004	0,001	0,006

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 18. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para o salário-hora entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,127 (0,744)	0,376 (0,750)	-0,685 (0,769)	-0,307 (0,643)	-0,242 (0,852)
Tratado	-2,693*** (0,561)	-3,341*** (0,544)	-3,758*** (0,562)	-2,690*** (0,504)	-2,667*** (0,473)
Lei	0,071 (0,352)	0,227 (0,364)	0,458 (0,432)	-0,528 (0,378)	1,470*** (0,352)
Constante	11,347*** (0,257)	11,456*** (0,262)	11,845*** (0,271)	11,220*** (0,310)	10,964*** (0,221)
Número de observações	6.370	6.228	6.346	6.114	6.460
R2	0,001	0,001	0,002	0,001	0,004

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 19. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,852 (0,693)	0,514 (0,686)	0,536 (0,728)	-0,316 (0,711)	1,150 (0,737)
Tratado	-1,567*** (0,425)	-1,880*** (0,412)	-0,995** (0,454)	-1,469*** (0,469)	-2,206*** (0,462)
Lei	1,348*** (0,212)	1,355*** (0,215)	0,765*** (0,249)	3,672*** (0,228)	-0,013 (0,229)
Constante	39,020*** (0,130)	38,418*** (0,134)	37,936*** (0,151)	36,865*** (0,157)	38,641*** (0,135)
Número de observações	11.092	10.993	10.965	10.744	10.885
R2	0,006	0,007	0,002	0,023	0,004

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 20. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-0,886 (0,883)	-0,384 (0,892)	-1,756* (0,974)	-1,071 (0,931)	-0,407 (0,967)
Tratado	-0,477 (0,646)	-1,729*** (0,650)	1,134 (0,745)	-0,885 (0,734)	-0,869 (0,732)
Lei	0,867*** (0,246)	0,795*** (0,249)	0,162 (0,286)	2,858*** (0,271)	-0,500*** (0,254)
Constante	39,501*** (0,180)	38,978*** (0,183)	38,539*** (0,207)	37,679*** (0,215)	39,128*** (0,174)
Número de observações	6.946	6.836	6.884	6.720	7.042
R2	0,003	0,005	0,001	0,018	0,002

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 21. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,324 (1,082)	0,708 (1,093)	-1,266 (1,162)	1,371 (1,250)	0,148 (1,195)
Tratado	4,839*** (0,775)	4,353*** (0,798)	4,745*** (0,850)	3,177*** (0,921)	3,428*** (0,840)
Lei	0,326 (0,916)	0,097 (0,930)	1,424 (0,995)	0,785 (1,094)	-0,328 (1,019)
Constante	32,614*** (0,661)	32,184*** (0,697)	32,196*** (0,734)	32,218*** (0,808)	33,007*** (0,714)
Número de observações	2.738	2.654	2.559	2.426	2.423
R2	0,027	0,024	0,018	0,019	0,013

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra com atrito

Tabela 22. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	-1,040 (1,751)	0,588 (2,004)	-4,745** (1,866)	-0,262 (1,938)	-1,117 (1,955)
Tratado	7,426*** (1,242)	4,590*** (1,492)	7,431*** (1,485)	4,136*** (1,400)	3,785*** (1,352)
Lei	1,022 (1,532)	-0,177 (1,812)	3,152* (1,617)	2,049 (1,720)	0,211 (1,717)
Constante	31,598*** (1,075)	32,658*** (1,355)	32,242*** (1,300)	32,658*** (1,211)	34,474*** (1,149)
Número de observações	944	922	932	934	962
R2	0,054	0,024	0,034	0,021	0,011

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0.05; * p <0,10
Mensalistas (tratados) x diaristas (controles)
Amostra sem atrito

Tabela 23. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,152 (1,166)	0,770 (1,302)	2,3756* (1,167)	-0,151 (1,431)	2,474* (1,298)
Tratado	-6,340 (0,643)	-5,672*** (0,678)	-5,091*** (0,677)	-4,996*** (0,714)	-5,530*** (0,640)
Lei	1,305 (0,212)	1,346*** (0,215)	0,756*** (0,248)	3,683*** (0,227)	-0,035 (0,229)
Constante	39,063 (0,129)	38,426*** (0,134)	37,940*** (0,150)	36,854*** (0,157)	38,663*** (0,134)
Número de observações	10.035	9.884	9.971	9.739	9.922
R2	0,021	0,017	0,009	0,030	0,010

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0.05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra com atrito

Tabela 24. Resultados da estimação de diferenças em diferenças para a jornada de trabalho entre outubro/12 e março/13

	out/12 x out/13	nov/12 x nov/13	dez/12 x dez/13	fev/13 x fev/14	mar/13 x mar/14
Lei*tratado	0,155 (1,549)	0,972 (1,825)	2,991* (1,639)	-0,809 (1,738)	0,710 (1,733)
Tratado	-7,903*** (1,088)	-6,316*** (1,365)	-6,297*** (1,314)	-5,021*** (1,227)	-4,655*** (1,160)
Lei	0,867*** (0,246)	0,795*** (0,249)	0,160 (0,286)	2,858*** (0,271)	-0,500** (0,254)
Constante	39,501*** (0,180)	38,975*** (0,183)	38,539*** (0,207)	37,679*** (0,215)	39,128*** (0,174)
Número de observações	6.370	6.228	6.346	6.114	6.490
R2	0,020	0,014	0,006	0,025	0,006

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p <0,01; **p <0,05; * p <0,10
Diaristas (tratados) x demais trabalhadores ocupados (controles)
Amostra sem atrito

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego doméstico é, historicamente, a maior forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Dadas as suas características singulares (tradicionalmente menor remunerado, menos formalizado e com menor e mais recente respaldo institucional), o setor se mostra um importante objeto de estudo acerca de seu funcionamento e impacto econômico. Além disso, as mudanças legais que impactaram o emprego doméstico nos últimos anos podem servir como objeto de discussão e exemplo para as mais recentes e amplas alterações nas relações de trabalho para os outros setores da economia no Brasil. Com base nisso, o presente estudo se propôs a avaliar os impactos da PEC das domésticas sobre três quesitos-chave impactados por ela: formalização, salário e jornada de trabalho. Para tal, foram utilizados os dados da PME/IBGE e a estimação dos parâmetros de interesse foi feita via estimador de diferenças em diferenças considerando dois grupos de controle: os empregados domésticos diaristas e os demais trabalhadores ocupados. Para esse último grupo, inclusive, foi necessário o balanceamento das características observáveis anteriores à intervenção através do pareamento por *propensity score matching*. Também foi proposto um teste de robustez utilizando os empregados domésticos diaristas como grupo de tratamento, pelo fato desse grupo também estar sujeito, ainda que indiretamente, à mudança legislativa.

Levando em consideração as evidências encontradas, não podemos concluir que a entrada da lei teve qualquer impacto sobre os aspectos institucionais do emprego doméstico, devido aos resultados inconclusivos encontrados para todos os quesitos analisados. A única evidência estatisticamente significativa refere-se ao aumento da formalização dos trabalhadores domésticos mensalistas no comparativo que utilizou as amostras com atrito de respondentes, para ambos os grupos de controle. No entanto, quando a análise se baseou na amostra sem o atrito entre respondentes, não foi encontrada qualquer evidência estatisticamente significativa para as variáveis de interesse. Mesmo se o tempo de ajuste entre empregadores e empregados for levado em conta, a lei parece não ter tido efeito sobre os respondentes da PME em termos de salário, posse de carteira assinada e jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, L. A. The impact of minimum wages in Mexico and Colombia. *Journal of Labor Economics*, v. 15, n. 3, p. 102-135, 1997.

COSTA, J.; BARBOSA, A.; HIRATA, G. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas. Rio de Janeiro: Ipea, 2016 (Texto para Discussão, nº 2241).

DINKELMAN, T.; RANCHHOD, V. Evidence on the impact of minimum wage laws in an informal sector: domestic workers in South Africa. *Journal of Development Economics*, v. 99, n. 1, p. 27-45, 2012.

FRAGA, A. De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GUDIBANDE, R. C. R.; JACOB, A. Minimum law for domestic workers: impact evaluation of the India experience. Geneva: Centre for Finance and Development; Graduate Institute of International and Development Studies, 2015.

MATTILA, J. P. The effect of extending minimum wages to cover household maids. *The Journal of Human Resources*, v. 8, n. 3, p. 365-382, 1973.

MENEZES-FILHO, N. A. (org). Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Ipea, ago. 2012. (Nota Técnica, n. 10).

RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. O atrito nas pesquisas longitudinais: o caso da pesquisa mensal de emprego (PME) do IBGE. Rio de Janeiro: Ipea, 2008a (Texto para Discussão, nº 1347).

RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. Sobre o painel da pesquisa mensal de emprego (PME) do IBGE. Rio de Janeiro: Ipea, 2008b (Texto para Discussão, nº 1348).

THEODORO, M. I.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 65, n. 1, p. 93-109, Mar. 2011.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. Revista de Economia Política, v. 26, n. 4, p. 596-618, out./dez. 2006.